

Fraca competitividade devida em parte à queda da indústria, diz o economista Paiva da Silva

O setor industrial da economia diminuiu de 21,9% em 1999 para 17,7% em 2019, em termos do VAB, valor que atualmente está abaixo da média da União Europeia (19,7%), aponta João Paiva da Silva.

Agência Lusa Texto

23 jul 2020, 00:19



▲ João Paiva da Silva adianta que o tecido empresarial português tem "características que são desfavoráveis ao desenvolvimento das suas capacidades produtivas", e apenas 0,7% "são de média ou grande dimensão", segundo dados de 2017, sendo uma percentagem "significativamente menor do que o total da UE28 [ainda com o Reino Unido], que era de 1,17%" JOÃO PORFÍRIO/OBSERVADOR

A fraca competitividade da economia portuguesa deve-se em parte ao declínio da indústria nos últimos anos, o que contribui para um “atraso estrutural”, defende o economista João Paiva da Silva.



“A fraca competitividade portuguesa deve-se em parte ao declínio do setor industrial da economia, cujo contributo para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) diminuiu de 21,9% em 1999 para 17,7% em 2019, situando-se, neste último ano, abaixo dos 19,7% apresentados pela UE [União Europeia] – 27”, considerou João Paiva da Silva num artigo sobre a economia portuguesa para a publicação “O Estado da Nação e as Políticas Públicas”, organizada pelo ISCTE.

No texto que faz parte da publicação do ISCTE, coordenada por Pedro Adão e Silva e Ricardo Paes Mamede, João Paiva da Silva reconhece que “há uma tendência para os serviços atingirem maior relevância à medida que as economias alcançam estágios mais avançados de maturidade”, mas, ainda assim, “a manutenção de um setor industrial forte, dada a sua potencialidade de aquisição de escala e interligação com serviços de alto valor acrescentado, é importante para um crescimento sustentado”.

Nas exportações, o economista do ISEG (Universidade de Lisboa) refere que a quota mundial portuguesa “foi praticamente igual” entre 2009 e 2019, apesar do seu aumento da proporção no Produto Interno Bruto [PIB] de 27,3% para 43,9% nos anos referidos.

“A posição portuguesa contrasta com a de algumas economias de leste com um nível de riqueza equivalente à sua, como a Eslovénia ou a República Checa, que tiveram ganhos nas suas quotas de 14 e 16 pontos percentuais, respetivamente, entre 2009 e 2019”, refere o professor universitário.

João Paiva da Silva adianta que o tecido empresarial português tem “características que são desfavoráveis ao desenvolvimento das suas capacidades produtivas”, e apenas 0,7% “são de média ou grande dimensão”, segundo dados de 2017, sendo uma percentagem “significativamente menor do que o total da UE28 [ainda com o Reino Unido], que era de 1,17%”.

Além disso, “a despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) portuguesa em percentagem do PIB foi a nona mais baixa dos 37 países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico]”, correspondendo a 1,35%, abaixo dos 2,04% da UE28.

Para fomentar a economia portuguesa, o economista realça o papel dos ‘clusters’, conceito apresentado como um “grupo de empresas, atores económicos relacionados e instituições localizados em proximidade e com escala suficiente para desenvolver ‘expertise’ [conhecimento], serviços, recursos, fornecedores e ‘skills’ [competências]”.

Segundo Paiva da Silva, os ‘clusters’ podem “ter um papel importante na promoção da competitividade portuguesa, mas, como noutros domínios das políticas públicas, este papel vai depender da vontade política, da capacidade de o Estado ir melhorando a sua capacidade de intervenção e da existência de planos globais que visem resolver os problemas estruturais do país ao nível da competitividade”.